



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Teve continuidade ainda a Campanha Junte Óleo: Ultrazag Coleta e Soya Recicla, em parceria com a Bunge e o Instituto Triângulo. Uma parte do óleo coletado é usado para fabricar o sabão e outra é direcionada à produção de biodiesel. A campanha ocorre no Ceará, na Bahia, em Minas Gerais, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

**Ultracargo** - A Ultracargo manteve o patrocínio ao Polo de Cidadania, evento organizado pelo Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (Cofic), em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi), Cidade do Saber e Prefeitura de Camaçari (BA). A iniciativa proporciona o acesso a uma série de serviços e atividades gratuitas para a comunidade, especialmente nas áreas de saúde, educação, cultura, esportes e lazer.

A companhia também apoiou a iniciativa Comunidade em Ação, do jornal Tribuna de Santos, premiação que divulga e dá visibilidade a projetos que contribuem para melhorar a vida de milhares de pessoas da Baixada Santense.

A Companhia investe para garantir os menores impactos possíveis de suas operações sobre o meio ambiente e todas suas unidades são certificadas pela ISO. Em 2018, por exemplo, no âmbito do Plano de Otimização e Uso Racional da Água (Prua), apresentado em 2017 no Terminal de Santos – e aprovado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) -, foi instalado na unidade um sistema de captação e reuso de águas pluviais.

**Extrafarma** - Pelo 3º ano consecutivo, a Extrafarma patrocinou em 2018 o evento da CowParade em Fortaleza, promovendo a cultura local e a responsabilidade social. Ao final da edição, as “vaquinhas” foram leiloadas e todo valor arrecadado, destinado a instituições beneficentes locais.

A Extrafarma possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde e conta com assessoria de empresas terceirizadas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o transporte, tratamento e destinação final adequada de medicamentos vencidos e avariados, seringas, agulhas e gazes.

### PESSOAS

O Ultra considera pessoas como diferencial e fator determinante no sucesso das companhias e busca intensificar e aprimorar seus processos de avaliação de desempenho, planejamento de carreira e sucesso. As iniciativas mencionadas acima fazem parte do modelo de gestão, que envolve um sistema de remuneração variável atrelado à meritocracia e à geração de valor, que busca fortalecer os processos de atração, capacitação e retenção de talentos, com o objetivo de atrair e desenvolver pessoas com as competências necessárias para o sucesso da estratégia.

O modelo de operações, alinhado com a cultura na área de pessoas, tornou o Ultra referência no desenvolvimento de colaboradores e líderes, promovendo investimentos contínuos e busca permanente por talentos. Em 2018, aproximadamente 350 jovens fizeram parte dos programas de jovens profissionais, estágio e *trainee* e, nesse mesmo ano, foram proporcionados cerca de 500 mil horas de treinamentos para os colaboradores. Dos três movimentos de sucessão promovidos na diretoria executiva dos negócios em 2018, dois foram protagonizados por sucessores internos que ingressaram no Ultra como estagiários e construíram suas carreiras passando por diferentes áreas e negócios da Companhia. O investimento constante no desenvolvimento dos colaboradores aliado ao portfólio do Ultra, com operações em 5 segmentos, resulta na frequente criação de oportunidades e, em 2018, mais de 500 funcionários movimentaram-se internamente e 593 empregos diretos foram criados. Além disso, todos os negócios possuem programas próprios para seus colaboradores, segmentados em focos de atuação como desenvolvimento e educação, saúde e segurança.

### Ipiranga

**Univaleidade Ipiranga (UI)** – proporciona ferramentas estratégicas para formação, capacitação e autodesenvolvimento. Com conteúdo presencial e virtual, ajuda a desenvolver as competências e conhecimentos tanto dos funcionários, como dos revendedores e de suas equipes. Um dos destaques da UI em 2018 foi a oferta de curso sobre o tema *compliance* concorrencial a 28 turnos, integradas por funcionários e clientes. O curso visa prevenir práticas que possam ferir a livre concorrência.

**Viva Mais** – programa de qualidade de vida, constituído por ações e campanhas de orientação em benefício do bem-estar.

**Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO)** – oferece a realização anual de diversos exames médicos com o objetivo de prevenir possíveis doenças e promover a saúde.

**Programa de Segurança** – inclui inspeções em unidades, investimentos no aprimoramento das instalações e diretrizes a serem seguidas também por prestadoras de serviço. Ao longo do ano, um dos focos foi a promoção do *Attitude do Zero*, direcionado às lideranças para as estimular na atuação como agentes de mudança de comportamento. Também foram realizadas campanhas para o engajamento sobre Equipamento de Proteção Individual (EPI), comportamento seguro no trânsito e cuidado ativo. Os resultados estão traduzidos na redução de 81% dos acidentes típicos com afastamento, na comparação com 2017.

**As Vantagens de Permanecer na Escola e Conectados com o Amanhã** (Junior Achievement) – voltados para os jovens aprendizes, o primeiro reforçou a importância de continuar estudando, com foco nos conceitos de empregabilidade, educação e qualificação e o segundo estimulou a reflexão sobre o futuro e a preparação para o mercado de trabalho e orientou sobre perspectivas de carreira.

### Oxiteno

**Portal DNA** – plataforma de *e-learning* que, além de disponibilizar cursos para os funcionários, é utilizada em aproximadamente 50% das ações vinculadas aos planos de desenvolvimento elaborados para cada funcionário, alinhados ao resultado no processo de avaliação de desempenho.

**Forum What's Next** – evento transmitido ao vivo com a apresentação/participação das principais lideranças da Oxiteno em intervalos de dois a três meses. O programa informa sobre as principais realizações do negócio, seus objetivos e próximos passos, além de abrir espaço para perguntas e respostas. O evento é transmitido em português, com tradução simultânea para o inglês e o espanhol, e o programa-piloto, que foi ao ar em agosto, foi acompanhado por 1,2 mil profissionais.

**Facebook corporate** – solução oferecida pela própria operadora da rede social que amplia o sentimento de participação nos negócios uma vez que, além de poder formar comunidades, os funcionários são informados, de forma universal e tempestiva, sobre os principais acontecimentos da Companhia. Com dois meses de operação do canal, 96% dos colaboradores já estavam integrados à plataforma.

**Guia de Autodesenvolvimento Ultrazag** – a estratégia da Ultrazag é trabalhar o protagonismo dos colaboradores, disponibilizando recursos que possibilitem que o colaborador se autodesenvolva, crie seu plano de desenvolvimento individual e cresça a partir desses desenvolvimentos. O Guia de Autodesenvolvimento apresenta um amplo acervo de soluções e dicas relativas a cursos *on-line* gratuitos ofertados por instituições de ensino renomadas, como Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto Endeavor, assim como filmes, livros e séries que podem ajudá-lo a trabalhar competências essenciais para a Ultrazag.

**Ultracargo DNA Ultracargo** – programa que visa reforçar a cultura de segurança e a disciplina operacional entre os colaboradores para que a Companhia alcance o estágio Interdependente da Curva de Bradley, em que a segurança é responsabilidade efetivamente compartilhada e incorporada por todos.

**Programa de Formação do Operador (PFO)** – visa unificar o aprendizado e garantir mais qualidade e segurança à operação. Os responsáveis pela divulgação do conhecimento são colaboradores da Ultracargo conhecidos como Multiplicadores e Operadores de Referência, que são nomeados por seus superiores diretos em razão de adotarem as práticas de segurança, conduta, processos e procedimentos de forma correta e padronizada.

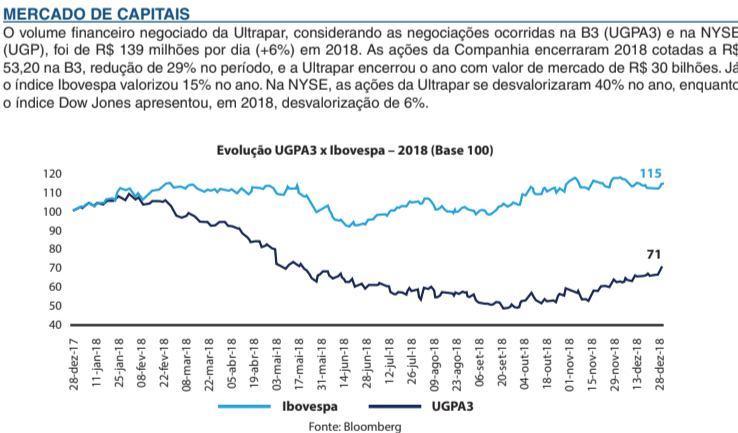
### Extrafarma

**Programa Maturidade** – possui a finalidade de dar oportunidade de trabalho a pessoas com mais de 50 anos. Profissionais mais experientes fortalecem a equipe de loja e conseguem estabelecer uma boa conexão com os clientes, contribuindo para uma melhor experiência de compra em nossas lojas.

**Programa de Excelência Extrafarma** – busca estimular a qualidade e melhorar os processos no atendimento aos clientes e nas operações das farmácias. As lojas que mais se destacam no programa são homenageadas na convenção anual e são reconhecidas pela direção da Companhia.

### MERCADO DE CAPITAIS

O volume financeiro negociado da Ultrapar, considerando as negociações ocorridas na B3 (UGPA3) e na NYSE (UGP), foi de R\$ 139 milhões por dia (+6%) em 2018. As ações da Companhia encerraram 2018 cotadas à R\$ 53,20 na B3, redução de 29% no período, e a Ultrapar encerrou o ano com valor de mercado de R\$ 30 bilhões. Já o índice Ibovespa valorizou 15% no ano. Na NYSE, as ações da Ultrapar se desvalorizaram 40% no ano, enquanto o índice Dow Jones apresentou, em 2018, desvalorização de 6%.



### DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Ultrapar estabelece distribuição de dividendo mínimo obrigatório a seus acionistas de 50% do lucro líquido ajustado. Nos últimos cinco anos, a parcela do lucro líquido destinada ao pagamento de dividendos foi, em média, de 60%.

Em 2018, a Ultrapar declarou dividendos de R\$ 685 milhões, um payout de 60% sobre o lucro líquido do ano e um dividend yield de 2,5% sobre o preço médio das ações de emissão da Ultrapar.

### ANÁLISE DO DESEMPENHO FINANCEIRO DE 2018

#### AMBIENTE ECONÔMICO-OPERACIONAL

O ano de 2018 foi marcado pela greve dos caminhoneiros, que paralisou o país e impactou diversos setores da economia, refletindo na intensidade da recuperação da atividade econômica brasileira observada até meados de maio, com reflexos negativos nos índices de confiança dos consumidores e dos empresários, que voltaram a apresentar crescimento após a definição das eleições nacionais.

A recuperação econômica observada antes da greve permitiu dois novos cortes de 0,25 pp. na taxa básica de juros, que passou de 7,0% ao ano ao final de 2017 para 6,5% ao ano, índice mantido desde março de 2018. A cotação média do dólar em 2018 foi de R\$ 3,65/US\$ em comparação a R\$ 3,19/US\$ em 2017, um aumento de 14%. A decisão dos países membros da OPEP+ de reduzir a produção de petróleo elevou os preços da *commodity* até setembro. A partir de outubro os preços do petróleo passaram a se retrair em função da manutenção de estoques em níveis elevados. Ao final do ano, o barril do petróleo estava cotado a US\$ 53/barril (Brent), uma desvalorização de 20% no ano. Em 2018, o número de veículos leves licenciados voltou a crescer e totalizou 2,5 milhões, com aumento de 14% em relação a 2017. No mercado de produtos químicos de uso industrial, dados da ABIQUIM mostraram recuo de 1% em 2018 no Consumo Aparente Nacional. No varejo farmacêutico, segundo dados das associadas da Abrafarma, a receita de vendas foi 8% maior em 2018.

### Ipiranga

O volume de vendas da Ipiranga cresceu 1% em 2018, com aumento de 2% no volume de diesel, acompanhando a recuperação gradual da economia. Já o volume de combustíveis para veículos leves (cielo) vendido pela Ipiranga foi 1% menor em relação a 2017, com queda até julho, retomando crescimento ao longo do segundo semestre. A produção recorde de etanol em 2018 contribuiu para a redução do preço do produto e, consequentemente, impulsionou o aumento nas vendas em 45%, enquanto o volume vendido da gasolina reduziu 14%.

A receita líquida da Ipiranga apresentou aumento de 14%, fruto principalmente (i) das movimentações nos custos médio do diesel e da gasolina, que apresentaram altas consecutivas de janeiro a setembro, segundo os preços internacionais e a desvalorização do Real frente ao dólar, (ii) do aumento dos tributos (PIS/COFINS) sobre os combustíveis em julho de 2017, e (iii) da estratégia de inovação constante em serviços e conveniência no posto, gerando maior satisfação e fidelidade do cliente.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 7%, devido, principalmente, à consolidação das despesas da ICONIC (tanto a adição das despesas da operação de lubrificantes da Chevron como despesas extraordinárias para início da operação conjunta), que entrou em operação em dezembro de 2017. Desconsiderando as despesas referentes à ICONIC, as despesas gerais, administrativas e de vendas permaneceram estáveis em relação a 2017, fruto de iniciativas para redução de despesas diante do cenário desfavorável enfrentado em 2018. O EBITDA Ajustado da Ipiranga em 2018 totalizou R\$ 2.052 milhões, 33% abaixo de 2017, principalmente devido (i) à greve dos caminhoneiros com impactos nos volumes vendidos, nas variações de margens e em maiores custos e despesas pontuais no período, (ii) às despesas extraordinárias para integração e início da operação da ICONIC e (iii) aos movimentos nos custos de combustíveis ao longo de 2018.

Na Ipiranga, foram investidos R\$ 957 milhões em 2018, sendo praticamente 50% direcionados para a expansão da rede de postos (através do embebedramento de postos bandeira branca, abertura de novos postos e novos clientes), de franquias am/pm e Jet Oil e de bases logísticas. Os demais 50% foram investidos na renovação e manutenção da rede e da infraestrutura logística. Do total investido pela Ipiranga, R\$ 388 milhões referem-se a imobilizações líquidas e adições ao intangível, R\$ 390 milhões a ativos de contratos com clientes (direitos de

exclusividade) e R\$ 179 milhões são referentes a liberações de financiamentos a clientes e antecipações de aluguel, líquidos de repagamentos.

### Oxiteno

Uma maior demanda por *commodities*, cujo volume cresceu 8%, em conjunto com a redução de 5% nos volumes de especialidades químicas, resultou na redução de 3% no volume vendido em relação a 2017, ano em que a Oxiteno registrou recorde de vendas. Apesar do incremento observado no volume vendido pela nova planta dos EUA, que iniciou suas operações em setembro, o volume vendido no mercado externo diminuiu 4% em 2018 devido à menor demanda de países do Mercosul, principalmente Argentina. Já o volume vendido no mercado interno diminuiu 2%, em comparação a 2017.

A receita líquida da Oxiteno apresentou crescimento de 20%, principalmente em função do Real 14% mais apreciado em relação ao dólar e do preço médio em dólar 8% maior, que acompanhou o aumento dos custos de matérias-primas na comparação anual. Esses efeitos compensaram o menor volume de vendas e a maior participação de *commodities* no mix de vendas.

O custo dos produtos vendidos cresceu 17% em 2018, devido (i) ao aumento dos custos de matérias-primas, principalmente do eteno, (ii) à desvalorização de 14% do Real em relação ao dólar, e (iii) aos custos relacionados à partida da nova unidade dos EUA.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 10%, principalmente em função da desvalorização do Real sobre as despesas das operações internacionais e de maiores despesas com pessoal.

A linha de "Outros resultados operacionais" encerrou 2018 com uma receita líquida de R\$ 214 milhões, comparada a uma receita líquida de R\$ 52 milhões em 2017. A Oxiteno registrou ganhos com a constituição de créditos tributários após decisões judiciais sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo para o PIS e COFINS tanto em 2017 como em 2018.

O EBITDA da Oxiteno totalizou R\$ 625 milhões em 2018, aumento de 11% sobre 2017, apesar do menor volume vendido. O aumento se deve, principalmente, à constituição de créditos tributários, com efeito líquido de R\$ 186 milhões no EBITDA, e a depreciação de R\$ 0,46/US\$ na cotação média do Real em 2018. Caso o efeito líquido da constituição de créditos tributários seja desconsiderado, ainda haveria um crescimento de 48% no EBITDA da Oxiteno em 2018.

A Oxiteno investiu R\$ 467 milhões em 2018, direcionados principalmente à construção da planta nos Estados Unidos e expansão e manutenção de suas unidades produtivas.

### Ultrazag

O volume total vendido da Ultrazag apresentou redução de 1% em 2018, em linha com a queda no volume nacional de vendas de GLP. Apesar da estabilidade no segmento envasado, o segmento granel apresentou redução de 3%, principalmente em função da redução programada de um cliente industrial.

A receita líquida da Ultrazag cresceu 16% em 2018, principalmente em função dos reajustes no custo do GLP envasado e granel nas refinarias e da estratégia de diferenciação e inovação.

O custo dos produtos vendidos subiu 21%, principalmente pelo maior custo do GLP nas refinarias.

As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram redução de 11% em 2018, fruto de iniciativas para redução de despesas e maior eficiência como, por exemplo, diminuição das despesas com marketing e com frete, principalmente pela migração de clientes da modalidade de entrega CIF para FOB, além das menores despesas com consultorias estratégicas e menores provisões para devedores duvidosos.

A linha de "Outros resultados operacionais" encerrou 2018 com uma despesa líquida de R\$ 278 milhões, comparada a uma despesa líquida de R\$ 79 milhões em 2017. Em 2018, a Ultrazag registrou despesa referente à multa de R\$ 286 milhões em função da decisão do CADE pela não aprovação da aquisição da Liquigás. Já em 2017, a despesa líquida de R\$ 79 milhões refere-se principalmente ao Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) assinado com o CADE no montante de R\$ 84 milhões.

O EBITDA da Ultrazag totalizou R\$ 258 milhões, 41% menor que 2017. Excluindo os efeitos da multa e do TCC mencionados acima, o EBITDA da Ultrazag teria crescido 4%, principalmente fruto das iniciativas para redução de custos e despesas apesar do menor volume de vendas.

A Ultrazag investiu R\$ 225 milhões em 2018, direcionados principalmente para o segmento granel, reposição e aquisição de vasilhames e tecnologia da informação.

### Ultracargo

A armazenagem média total da Ultracargo apresentou aumento de 5%, em decorrência do aumento da movimentação em Santos, refletindo a retomada parcial da capacidade do terminal em junho de 2017, e o crescimento da demanda por movimentação de etanol nos portos brasileiros, apesar da redução nas importações de combustíveis em 2018.

A receita líquida cresceu 13% em 2018, devido (i) ao aumento na armazenagem média, fruto da retomada parcial das atividades em Santos, (ii) à maior produtividade da Ultracargo e (iii) aos reajustes contratuais inflacionários.

O custo dos serviços prestados apresentou crescimento de 12%, principalmente em função de maiores gastos com aluguel, pessoal, contratação de serviços de terceiros em Santos e serviços de manutenção de tanques nos terminais, além do maior pagamento de IPTU a partir de 2018.

As despesas gerais, administrativas e de vendas cresceram 4% em 2018. O aumento derivou de (i) maiores despesas com pessoal devido aos reajustes anuais e maior remuneração variável, em linha com a progressão dos resultados, e (ii) maiores gastos com consultorias estratégicas e de segurança operacional, e foi atenuado pelo efeito de redução de despesas com destaque para as despesas com pessoal, viagens e taxas de cartões.

O EBITDA da Ultracargo registrou aumento de 44% para R\$ 178 milhões em 2018, em função (i) da maior movimentação nos terminais, (ii) de reajustes contratuais, e (iii) dos efeitos residuais do incêndio ocorrido em abril de 2015 em terminal no Porto de Santos, com impacto negativo de R\$ 39 milhões em 2017.

A Ultracargo investiu R\$ 162 milhões em 2018, direcionados, principalmente, às expansões nos terminais de Itaquí e Santos e à adequação e manutenção da infraestrutura existente.

### Extrafarma

A Extrafarma abriu 68 novas lojas e fechou 29 em 2018, uma expansão de 10% (39 lojas) na rede.

A receita bruta da Extrafarma cresceu 8%, em função do crescimento de 11% no faturamento em varejo, fruto do maior número médio de lojas. Esse crescimento foi parcialmente compensado pela queda de 21% da receita no segmento de atacado e pela maior competição no setor. Em junho de 2018, ocorreu a substituição do sistema de varejo, que afetou temporariamente as operações durante o período de implementação e estabilização, impactando ambos segmentos de vendas – varejo e atacado.

O custo dos produtos vendidos aumentou 11% em 2018, principalmente em decorrência do maior volume de vendas e do reajuste anual nos preços de medicamentos autorizado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED). O lucro bruto atingiu R\$ 607 milhões, aumento de 3%, devido ao crescimento no faturamento, parcialmente impactado pela substituição do sistema de varejo em junho, pelo maior ritmo de atividades promocionais e pelo aumento na competitividade.

As despesas gerais, administrativas e de vendas apresentaram crescimento de 15% em 2018, em decorrência do número médio de lojas 19% maior. Excluindo o efeito de novas lojas, as despesas gerais, administrativas e de vendas reduziram 3%, principalmente em função das iniciativas implementadas para ganho de produtividade e redução de despesas, com destaque para as despesas com pessoal, viagens e taxas de cartões.

A Extrafarma registrou EBITDA de R\$ 47 milhões negativo, em comparação ao reportado de R\$ 23 milhões em 2017, em função (i) dos impactos causados pela implementação e estabilização do novo sistema de gestão do varejo, (ii) da maior depreciação pontual de lojas realizada no terceiro trimestre de 2018, (iii) do maior patamar de lojas novas e ainda em maturação e (iv) do maior nível de competição no setor.

A Extrafarma investiu R\$ 118 milhões no ano. O valor foi destinado, principalmente, à abertura de novas lojas e à nova plataforma de sistemas de informação.

### Ultrapar

**Receita líquida de vendas e serviços** – A Ultrapar registrou receita líquida de vendas e serviços de R\$ 90,698 milhões em 2018, crescimento de 14% em relação a 2017, como consequência do crescimento da receita em todos os negócios.

**Custos dos produtos vendidos e serviços prestados** - O custo dos produtos vendidos e serviços prestados da Ultrapar foi de R\$ 84,537 milhões em 2018, aumento de 17% em relação a 2017, em função do crescimento em todos os negócios.

**Lucro bruto** - A Ultrapar apresentou lucro bruto de R\$ 6,161 milhões em 2018, redução de 3% em relação a 2017, em função da diminuição do lucro agregado da Ipiranga e Ultrazag.

**Despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais** - As despesas gerais, administrativas, com vendas e comerciais da Ultrapar totalizaram R\$ 4,297 milhões em 2018, 6% acima de 2017, em função dos efeitos da inflação sobre as despesas e de fatores específicos de cada negócio.

**Outros resultados operacionais** - A Ultrapar registrou em 2018 uma receita líquida de R\$ 58 milhões, 3% abaixo de 2017, em função (i) da multa pela não aquisição da Liquigás, e (ii) do reconhecimento de créditos tributários na Oxiteno referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

**Resultado na venda de bens** - A Ultrapar registrou em 2018 uma despesa líquida na venda de bens de R\$ 22 milhões contra uma despesa líquida de R\$ 2 milhões em 2017, resultado da baixa de tecnologia da informação em todos os negócios e da maior depreciação pontual de lojas na Extrafarma, atenuados pela venda de terrenos na Ipiranga.

**EBITDA Ajustado** - O EBITDA Ajustado consolidado da Ultrapar totalizou R\$ 3,069 milhões em 2018, com redução de 23% em relação a 2017.

**Depreciações e amortizações\*** - O total de custos e despesas com depreciação e amortização em 2018 foi de R\$ 1,184 milhões, crescimento de 1% em relação a 2017, em função dos investimentos realizados ao longo do período.

\* Inclui amortização de ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

**Lucro operacional** - A Ultrapar apresentou lucro operacional de R\$ 1,899 milhões em 2018, resultado 32% menor que 2017, em função do menor lucro operacional apresentado pela Ipiranga, Ultrazag e Extrafarma.

**Resultado financeiro** - O resultado financeiro da Ultrapar apresentou uma despesa líquida de R\$ 114 milhões em 2018, R\$ 361 milhões menor que a registrada em 2017, apesar do maior endividamento líquido, devido, principalmente, (i) ao menor CDI no período, (ii) ao resultado financeiro da constituição de créditos tributários na Oxiteno com a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, e (iii) à desvalorização da ação da Ultrapar sobre os bônus de subscrição emitidos na associação com a Extrafarma.

**Lucro líquido** - O lucro líquido consolidado da Ultrapar de 2018 atingiu R\$ 1,132 milhões, redução de 26% em relação ao registrado em 2017, principalmente pela redução do EBITDA do período, parcialmente compensada pela menor despesa financeira líquida.

**Endividamento** - A Ultrapar encerrou o exercício de 2018 com uma dívida bruta de R\$ 15,206 milhões e caixa bruto de R\$ 6,994 milhões, perfazendo uma posição de endividamento líquido de R\$ 8,212 milhões, aumento de R\$ 891 milhões em relação a 2017. O endividamento líquido ao final de 2018 corresponde a 2,68x do EBITDA dos últimos 12 meses, comparado a 1,81x ao final de 2017.

**Investimentos e perspectivas** - Em 2018, os investimentos da Ultrapar em desinvestimentos e repagamentos, totalizaram R\$ 1,9 bilhão.

O plano de investimentos da Ultrapar para 2019 totaliza R\$ 1,762 milhões e demonstra o comprometimento da Companhia com o crescimento sustentável de seus negócios e com a excelência operacional.

Na Ipiranga, o limite aprovado é de R\$ 824 milhões, sendo aproximadamente 50% voltados para a expansão da rede, com a adição de postos e franquias am/pm e Jet Oil e expansão da infraestrutura logística, com a construção de duas e ampliação de três bases de operação. Os outros 50% estão voltados para a manutenção e modernização de suas atividades, principalmente em renovação de contratos com revendedores e sistemas de informação para apoiar suas operações.

O investimento de R\$ 319 milhões aprovado para Oxiteno será direcionado principalmente à manutenção e atualização tecnológica de suas unidades produtivas e de seus sistemas de informação, além dos investimentos em segurança, visando ganhos de eficiência e aumento da produtividade.

Na Ultrazag, os investimentos contemplam R\$ 279 milhões para a (i) captura de novos clientes nos segmentos envasado e granel, (ii) reposição e aquisição de vasilhames, (iii) expansão e manutenção das bases de engarrafamento, e (iv) em tecnologia da informação, visando ganhos de eficiência e como parte da estratégia de inovação.

A Ultracargo deverá investir R\$ 161 milhões no aumento de capacidade de tanque em Itaquí e Santos, que adicionará 16% à capacidade total da Ultracargo ao longo do segundo semestre de 2019, e na melhoria contínua da Extrafarma através de investimentos de R\$ 15 milhões direcionados à expansão da rede, com a abertura de novas lojas, bem como à ampliação de sua infraestrutura logística e à tecnologia da informação.

A Ultrapar possui característica de organização empreendedora sendo cada vez mais seletiva e criteriosa nas decisões de alocação de capital, buscando maior assertividade nos seus investimentos. A capacidade de planejamento e execução das iniciativas estratégicas contidas no plano de investimentos da Companhia, aliadas a oportunidades de investimentos inorgânicos, permitirão a continuação de uma trajetória de crescimento sustentável, mantendo o protagonismo conquistado ao longo desses mais de 80 anos de história.

### RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade dos serviços eventualmente prestados por auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 informamos que durante o exercício de 2018 contratamos dos nossos auditores independentes trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa que representam 5,7% da remuneração global dos honorários dos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados referem-se a revisão da ECF – Escrituração Contábil Fiscal no montante de R\$ 102,000,00 e auditoria para emissão da carta de conforto em conexão com o processo de oferta de títulos de valores mobiliários no montante de R\$ 310,000,00. O prazo de prestação desses serviços é inferior a um ano. Esses serviços não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, por se tratar de serviços de assessoração.

Nossos auditores independentes declararam à Administração da Companhia que os serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, por se tratar de serviços de verificação de aderência à legislação fiscal.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 2018

O ano de 2018 foi marcado por importantes avanços na gestão e governança da Ultrapar.

Como parte de um processo planejado e consistente com a boa governança da Companhia, Paulo Guilherme Aguiar Cunha, após mais de três décadas de inestimáveis contribuições, foi nomeado Presidente Emérito do Conselho de Administração, posição honorífica e vitalícia. Para sucedê-lo foi eleito Pedro Wongtschowski, Vice-Presidente do Conselho de Administração e assumiu o cargo de Diretor Presidente da Ultrapar entre 2007 e 2012. Outras importantes sucessões ocorreram na Diretoria, na liderança das empresas Extrafarma, Ultrazag e Ipiranga, igualmente em um processo sucessório planejado e que combinou promoção de talentos internos e atração de talentos externos.

Ao longo do ano, dedicamos tempo e recursos para aprimorar nosso processo de planejamento estratégico, visando uma melhor integração e dinâmica das análises de nossos negócios, com extensão do horizonte de planejamento, harmonização de premissas e parâmetros entre as empresas, acompanhamento dos resultados de modo mais próximo e frequente, consolidação dos orçamentos anuais e planos de investimentos, e uma sistemática de análise do portfólio de investimentos da Ultrapar.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018, 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 1 DE JANEIRO DE 2017**  
*(Em milhares de Reais)*

Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018		31/12/2017
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	172.315	93.174	127.944	3.938.951	5.002.004	4.274.156
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4b	565.930	21.657	1.052	2.853.106	1.412.588
Contas a receber de clientes	5a	-	-	-	4.069.307	3.861.325
Financiamentos a clientes	5b	-	-	-	367.262	296.569
Estoque	6	-	-	-	3.354.532	3.513.710
Tributos a recuperar	7a	-	-	-	639.699	664.954
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7b	39.705	33.070	37.620	257.182	216.630
Depósitos judiciais	8	260.483	27.930	354.150	1.084	11.137
Demas contas a receber	1.527	2.404	3.894	58.561	44.025	387.252
Despesas antecipadas	10	1.962	1.597	98	187.570	150.046
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	-	484.473	456.213
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.041.922</b>	<b>179.832</b>	<b>524.748</b>	<b>16.211.707</b>	<b>15.490.111</b>	<b>13.366.127</b>
<b>Não circulante</b>						
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4b	-	-	202.349	84.426	15.104
Contas a receber de clientes	5a	-	-	81.569	46.301	49.601
Financiamentos a clientes	5b	-	-	348.268	283.690	177.484
Sociedades relacionadas	8a	761.288	762.562	772.425	490	490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9a	14.034	29.158	22.462	514.187	614.061
Tributos a recuperar	7a	-	-	-	747.180	234.700
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7b	48.685	48.685	35.010	105.602	78.542
Depósitos judiciais	8	-	148	148	881.507	822.660
Ativo de indenização - combinação de negócios	21.c	-	-	-	194.719	202.352
Demas contas a receber	1.527	-	-	-	1.411	7.918
Despesas antecipadas	10	30	-	-	399.095	346.886
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	-	1.034.004	1.046.147
<b>Total do ativo realizável a longo prazo</b>	<b>824.037</b>	<b>840.553</b>	<b>830.045</b>	<b>4.510.381</b>	<b>3.768.173</b>	<b>2.878.648</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.865.959</b>	<b>1.020.385</b>	<b>1.354.793</b>	<b>20.722.088</b>	<b>19.258.284</b>	<b>16.244.775</b>

Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	31/12/2018		31/12/2017
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
<b>Passivo Circulante</b>						
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	15	-	-	2.007.430	1.819.766	1.821.398
Debêntures	15.g	34.504	817.654	32.479	263.718	1.681.199
Fornecedores	16	272	461	330	2.551.607	2.155.498
Fornecedores - Convênio	16	-	-	-	180.070	1.709.653
Salários e encargos sociais	17	228	244	204	428.192	388.118
Obrigações tributárias	18	11.563	343	726	268.005	221.529
Dividendos propostos a pagar	25h	282.334	335.930	316.844	284.024	338.845
Imposto de renda e contribuição social a pagar	19b	9.238	-	-	55.477	86.836
Benefícios pós-emprego	19b	-	-	-	45.655	30.059
Provisão para retirada de tanques	20	-	-	-	4.382	4.799
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	21a	-	-	-	77.822	64.550
Contas a pagar - indenização a clientes e terceiros	22	-	-	-	3.501	72.216
Demas contas a pagar	23	3.975	7.439	2.359	137.494	125.150
Receita diferida	23	-	-	-	26.572	18.413
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>342.114</b>	<b>1.162.071</b>	<b>352.946</b>	<b>6.336.798</b>	<b>7.009.688</b>	<b>5.484.299</b>
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	15	-	-	6.487.400	6.113.545	6.800.135
Debêntures	15.g	1.722.450	-	799.904	6.401.535	3.927.569
Arendamento mercantil financeiro	15.i	-	-	-	43.217	45.805
Sociedades relacionadas	8a	5.158	4.003	679	4.207	4.185
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9a	-	-	-	9.297	83.642
Benefícios pós-emprego	19b	-	-	-	204.160	207.464
Provisão para retirada de tanques	20	-	-	-	50.285	59.775
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	21.a, 21.c	798	982	1.884	865.249	861.246
Receita diferida	23	-	-	-	11.850	12.896
Bônus de subscrição - indenização	24	123.095	171.459	153.429	123.095	171.459
Demas contas a pagar	24	-	-	-	162.409	162.834
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.851.501</b>	<b>176.444</b>	<b>955.896</b>	<b>14.362.568</b>	<b>11.650.620</b>	<b>10.114.166</b>
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>9.448.105</b>	<b>9.246.214</b>	<b>8.445.196</b>	<b>9.800.029</b>	<b>9.624.038</b>	<b>8.476.051</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FIMOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**  
*(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)*

Nota	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017	
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	
<b>Receita líquida de vendas e serviços</b>	26	-	-	90.697.983	79.230.014
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	-	-	(84.537.368)	(72.431.473)
<b>Lucro bruto</b>				6.160.615	6.798.541
<b>Despesas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas e serviços	27	-	-	(2.670.867)	(2.486.389)
Gerais e administrativas	27	-	-	(1.625.839)	(1.576.528)
Resultado na venda de bens	28	-	-	(2.088)	(2.242)
Outros resultados operacionais, líquidos	29	-	-	1	57.333
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>					
Equivalência patrimonial	12	(313)	1	1.899.354	59.360
<b>Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social</b>					
Receitas financeiras	30	1.174.975	1.536.388	1.884.575	2.813.415
Despesas financeiras	30	(119.900)	(107.701)	(794.771)	(1.059.397)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>					
1.260.939	1.523.906	1.771.039	2.339.119	2.339.119	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>					
Corrente	9.b; 9.c	(35.363)	(4.098)	(476.302)	(922.458)
Diferido	9.b	(15.125)	6.597	(638.174)	(1.09.204)
<b>Lucro líquido do exercício</b>					
1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.526.865	1.132.320	
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>					
1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.526.865	1.132.320	
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>					
-	-	-	(18.101)	(640)	
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>					
1.150.421	1.526.505	1.150.421	1.526.505	1.150.421	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017**  
*(Em milhares de Reais)*

Nota	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado	Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.150.421	1.526.505
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505	1.132.320	1.525.865
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas não controladores das controladas</b>	-	-	-	(18.101)
<b>Lucro líquido do exercício, atribuível aos acionistas da Ultrapar</b>	1.150.421	1.526.505		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS**  
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

contrato de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo de produção ou despesa na demonstração de resultados, em bases lineares, pelo prazo do contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 34.c).

**Intangível** - Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros pela Sociedade e suas controladas, seguindo os critérios abaixo (vide nota explicativa nº 14): • **Agios por expectativa de rentabilidade futura** ("agios") são mensurados pelo valor na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração sua vida útil e são revisados anualmente. A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem agios e marcas adquiridas em combinação de negócios, que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 14 itens a e b).

**Demais ativos** - Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias e cambiais incorridas, ou deduzidos de provisões para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

**Passivos financeiros** - Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e demais contas a pagar, financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil financeiro e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como "passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "passivos financeiros mensurados ao custo amortizado". Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de hedge de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c - hedge de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescido dos juros e líquidos das amortizações e demais custos de transação. Os juros são reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente a conclusão das transações de captação de recursos por meio da contratação de financiamentos ou pela emissão de títulos de dívida, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado em função do prazo dos mesmos, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 15).

**Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido** - O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL"), correntes e diferidas, são calculados com base nas suas aliquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ e CSLL correntes são considerados também a parcela de incentivos fiscais. Os tributos são reconhecidos com o balanço de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As aliquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 15% para a CSLL. Para maiores detalhes sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL, vide nota explicativa nº 9. Para fins de divulgação, o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido, de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

**Provisão para retirada de tanques** - Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis da Irpiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de estado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil desses tanques. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") até que o tanque relacionado seja retirado (vide nota explicativa nº 20). Um aumento no custo estimado de retirada dos tanques pode impactar negativamente os resultados futuros. O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorrer mudança significativa em seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

**Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuem valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 21).

**Benefícios pós-emprego** - Os benefícios pós-emprego concedidos e a contábil a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por auditor independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 19.b). Os ganhos e ajustes atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

**Demais passivos** - Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

**Moeda estrangeira** - As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data da demonstração financeira. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

**Controle de demonstrações financeiras de controladas sediadas no exterior** - s.1 **Controladas com autonomia administrativa** - Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação da Sociedade (moeda Real) e que possuem autonomia administrativa, são convertidos pela taxa de câmbio de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimento de caixa e patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

**Controlada** - **Moeda funcional** - **País**  
Oxitemo México S.A. de C.V. Peso Mexicano México  
Oxitemo Serviços Corporativos S.A. de C.V. Peso Mexicano México  
Oxitemo Serviços Industriais S.A. de C.V. Dólar norte-americano Estados Unidos  
Oxitemo Urugua S.A. (i) Dólar norte-americano Uruguai  
(ii) Oxiteno Andina, C.A. (ii) Bolívar Soberano Venezuela  
(i) A controlada Oxitemo Urugua S.A. ("Oxitemo Urugua") determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano ("US\$"), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, ocorrem em moeda estrangeira. (ii) De acordo com a legislação da Venezuela, os ganhos e as perdas decorrentes desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. O ganho reconhecido no resultado em 2018 totalizou R\$ 4.090 (ganho de R\$ 3.768 em 2017).

**1.1.2. Utilização de estimativas, premissas e julgamentos** - Na preparação das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utiliza as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente. **1.1.3. Julgamentos** - As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.1, 3. e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2. e 12.b) e determinação de infra-estrutura de infraestrutura de sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c). **1.2. Incertezas sobre premissas e estimativas** - As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.1, 4, 15 e 33), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 33.d), determinação da provisão para perda em estoques (notas explicativas nº 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9, 2.10, 2.11, 2.12, 2.13, 2.14, 2.15, 2.16, 2.17, 2.18, 2.19, 2.20, 2.21, 2.22, 2.23, 2.24, 2.25, 2.26, 2.27, 2.28, 2.29, 2.30, 2.31, 2.32, 2.33, 2.34, 2.35, 2.36, 2.37, 2.38, 2.39, 2.40, 2.41, 2.42, 2.43, 2.44, 2.45, 2.46, 2.47, 2.48, 2.49, 2.50, 2.51, 2.52, 2.53, 2.54, 2.55, 2.56, 2.57, 2.58, 2.59, 2.60, 2.61, 2.62, 2.63, 2.64, 2.65, 2.66, 2.67, 2.68, 2.69, 2.70, 2.71, 2.72, 2.73, 2.74, 2.75, 2.76, 2.77, 2.78, 2.79, 2.80, 2.81, 2.82, 2.83, 2.84, 2.85, 2.86, 2.87, 2.88, 2.89, 2.90, 2.91, 2.92, 2.93, 2.94, 2.95, 2.96, 2.97, 2.98, 2.99, 3.00, 3.01, 3.02, 3.03, 3.04, 3.05, 3.06, 3.07, 3.08, 3.09, 3.10, 3.11, 3.12, 3.13, 3.14, 3.15, 3.16, 3.17, 3.18, 3.19, 3.20, 3.21, 3.22, 3.23, 3.24, 3.25, 3.26, 3.27, 3.28, 3.29, 3.30, 3.31, 3.32, 3.33, 3.34, 3.35, 3.36, 3.37, 3.38, 3.39, 3.40, 3.41, 3.42, 3.43, 3.44, 3.45, 3.46, 3.47, 3.48, 3.49, 3.50, 3.51, 3.52, 3.53, 3.54, 3.55, 3.56, 3.57, 3.58, 3.59, 3.60, 3.61, 3.62, 3.63, 3.64, 3.65, 3.66, 3.67, 3.68, 3.69, 3.70, 3.71, 3.72, 3.73, 3.74, 3.75, 3.76, 3.77, 3.78, 3.79, 3.80, 3.81, 3.82, 3.83, 3.84, 3.85, 3.86, 3.87, 3.88, 3.89, 3.90, 3.91, 3.92, 3.93, 3.94, 3.95, 3.96, 3.97, 3.98, 3.99, 4.00, 4.01, 4.02, 4.03, 4.04, 4.05, 4.06, 4.07, 4.08, 4.09, 4.10, 4.11, 4.12, 4.13, 4.14, 4.15, 4.16, 4.17, 4.18, 4.19, 4.20, 4.21, 4.22, 4.23, 4.24, 4.25, 4.26, 4.27, 4.28, 4.29, 4.30, 4.31, 4.32, 4.33, 4.34, 4.35, 4.36, 4.37, 4.38, 4.39, 4.40, 4.41, 4.42, 4.43, 4.44, 4.45, 4.46, 4.47, 4.48, 4.49, 4.50, 4.51, 4.52, 4.53, 4.54, 4.55, 4.56, 4.57, 4.58, 4.59, 4.60, 4.61, 4.62, 4.63, 4.64, 4.65, 4.66, 4.67, 4.68, 4.69, 4.70, 4.71, 4.72, 4.73, 4.74, 4.75, 4.76, 4.77, 4.78, 4.79, 4.80, 4.81, 4.82, 4.83, 4.84, 4.85, 4.86, 4.87, 4.88, 4.89, 4.90, 4.91, 4.92, 4.93, 4.94, 4.95, 4.96, 4.97, 4.98, 4.99, 5.00, 5.01, 5.02, 5.03, 5.04, 5.05, 5.06, 5.07, 5.08, 5.09, 5.10, 5.11, 5.12, 5.13, 5.14, 5.15, 5.16, 5.17, 5.18, 5.19, 5.20, 5.21, 5.22, 5.23, 5.24, 5.25, 5.26, 5.27, 5.28, 5.29, 5.30, 5.31, 5.32, 5.33, 5.34, 5.35, 5.36, 5.37, 5.38, 5.39, 5.40, 5.41, 5.42, 5.43, 5.44, 5.45, 5.46, 5.47, 5.48, 5.49, 5.50, 5.51, 5.52, 5.53, 5.54, 5.55, 5.56, 5.57, 5.58, 5.59, 5.60, 5.61, 5.62, 5.63, 5.64, 5.65, 5.66, 5.67, 5.68, 5.69, 5.70, 5.71, 5.72, 5.73, 5.74, 5.75, 5.76, 5.77, 5.78, 5.79, 5.80, 5.81, 5.82, 5.83, 5.84, 5.85, 5.86, 5.87, 5.88, 5.89, 5.90, 5.91, 5.92, 5.93, 5.94, 5.95, 5.96, 5.97, 5.98, 5.99, 6.00, 6.01, 6.02, 6.03, 6.04, 6.05, 6.06, 6.07, 6.08, 6.09, 6.10, 6.11, 6.12, 6.13, 6.14, 6.15, 6.16, 6.17, 6.18, 6.19, 6.20, 6.21, 6.22, 6.23, 6.24, 6.25, 6.26, 6.27, 6.28, 6.29, 6.30, 6.31, 6.32, 6.33, 6.34, 6.35, 6.36, 6.37, 6.38, 6.39, 6.40, 6.41, 6.42, 6.43, 6.44, 6.45, 6.46, 6.47, 6.48, 6.49, 6.50, 6.51, 6.52, 6.53, 6.54, 6.55, 6.56, 6.57, 6.58, 6.59, 6.60, 6.61, 6.62, 6.63, 6.64, 6.65, 6.66, 6.67, 6.68, 6.69, 6.70, 6.71, 6.72, 6.73, 6.74, 6.75, 6.76, 6.77, 6.78, 6.79, 6.80, 6.81, 6.82, 6.83, 6.84, 6.85, 6.86, 6.87, 6.88, 6.89, 6.90, 6.91, 6.92, 6.93, 6.94, 6.95, 6.96, 6.97, 6.98, 6.99, 7.00, 7.01, 7.02, 7.03, 7.04, 7.05, 7.06, 7.07, 7.08, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.13, 7.14, 7.15, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 7.20, 7.21, 7.22, 7.23, 7.24, 7.25, 7.26, 7.27, 7.28, 7.29, 7.30, 7.31, 7.32, 7.33, 7.34, 7.35, 7.36, 7.37, 7.38, 7.39, 7.40, 7.41, 7.42, 7.43, 7.44, 7.45, 7.46, 7.47, 7.48, 7.49, 7.50, 7.51, 7.52, 7.53, 7.54, 7.55, 7.56, 7.57, 7.58, 7.59, 7.60, 7.61, 7.62, 7.63, 7.64, 7.65, 7.66, 7.67, 7.68, 7.69, 7.70, 7.71, 7.72, 7.73, 7.74, 7.75, 7.76, 7.77, 7.78, 7.79, 7.80, 7.81, 7.82, 7.83, 7.84, 7.85, 7.86, 7.87, 7.88, 7.89, 7.90, 7.91, 7.92, 7.93, 7.94, 7.95, 7.96, 7.97, 7.98, 7.99, 8.00, 8.01, 8.02, 8.03, 8.04, 8.05, 8.06, 8.07, 8.08, 8.09, 8.10, 8.11, 8.12, 8.13, 8.14, 8.15, 8.16, 8.17, 8.18, 8.19, 8.20, 8.21, 8.22, 8.23, 8.24, 8.25, 8.26, 8.27, 8.28, 8.29, 8.30, 8.31, 8.32, 8.33, 8.34, 8.35, 8.36, 8.37, 8.38, 8.39, 8.40, 8.41, 8.42, 8.43, 8.44, 8.45, 8.46, 8.47, 8.48, 8.49, 8.50, 8.51, 8.52, 8.53, 8.54, 8.55, 8.56, 8.57, 8.58, 8.59, 8.60, 8.61, 8.62, 8.63, 8.64, 8.65, 8.66, 8.67, 8.68, 8.69, 8.70, 8.71, 8.72, 8.73, 8.74, 8.75, 8.76, 8.77, 8.78, 8.79, 8.80, 8.81, 8.82, 8.83, 8.84, 8.85, 8.86, 8.87, 8.88, 8.89, 8.90, 8.91, 8.92, 8.93, 8.94, 8.95, 8.96, 8.97, 8.98, 8.99, 9.00, 9.01, 9.02, 9.03, 9.04, 9.05, 9.06, 9.07, 9.08, 9.09, 9.10, 9.11, 9.12, 9.13, 9.14, 9.15, 9.16, 9.17, 9.18, 9.19, 9.20, 9.21, 9.22, 9.23, 9.24, 9.25, 9.26, 9.27, 9.28, 9.29, 9.30, 9.31, 9.32, 9.33, 9.34, 9.35, 9.36, 9.37, 9.38, 9.39, 9.40, 9.41, 9.42, 9.43, 9.44, 9.45, 9.46, 9.47, 9.48, 9.49, 9.50, 9.51, 9.52, 9.53, 9.54, 9.55, 9.56, 9.57, 9.58, 9.59, 9.60, 9.61, 9.62, 9.63, 9.64, 9.65, 9.66, 9.67, 9.68, 9.69, 9.70, 9.71, 9.72, 9.73, 9.74, 9.75, 9.76, 9.77, 9.78, 9.79, 9.80, 9.81, 9.82, 9.83, 9.84, 9.85, 9.86, 9.87, 9.88, 9.89, 9.90, 9.91, 9.92, 9.93, 9.94, 9.95, 9.96, 9.97, 9.98, 9.99, 10.00, 10.01, 10.02, 10.03, 10.04, 10.05, 10.06, 10.07, 10.08, 10.09, 10.10, 10.11, 10.12, 10.13, 10.14, 10.15, 10.16, 10.17, 10.18, 10.19, 10.20, 10.21, 10.22, 10.23, 10.24, 10.25, 10.26, 10.27, 10.28, 10.29, 10.30, 10.31, 10.32, 10.33, 10.34, 10.35, 10.36, 10.37, 10.38, 10.39, 10.40, 10.41, 10.42, 10.43, 10.44, 10.45, 10.46, 10.47, 10.48, 10.49, 10.50, 10.51, 10.52, 10.53, 10.54, 10.55, 10.56, 10.57, 10.58, 10.59, 10.60, 10.61, 10.62, 10.63, 10.64, 10.65, 10.66, 10.67, 10.68, 10.69, 10.70, 10.71, 10.72, 10.73, 10.74, 10.75, 10.76, 10.77, 10.78, 10.79, 10.80, 10.81, 10.82, 10.83, 10.84, 10.85, 10.86, 10.87, 10.88, 10.89, 10.90, 10.91, 10.92, 10.93, 10.94, 10.95, 10.96, 10.97, 10.98, 10.99, 11.00, 11.01, 11.02, 11.03, 11.04, 11.05, 11.06, 11.07, 11.08, 11.09, 11.10, 11.11, 11.12, 11.13, 11.14, 11.15, 11.16, 11.17, 11.18, 11.19, 11.20, 11.21, 11.22, 11.23, 11.24, 11.25, 11.26, 11.27, 11.28, 11.29, 11.30, 11.31, 11.32, 11.33, 11.34, 11.35, 11.36, 11.37, 11.38, 11.39, 11.40, 11.41, 11.42, 11.43, 11.44, 11.45, 11.46, 11.47, 11.48, 11.49, 11.50, 11.51, 11.52, 11.53, 11.54, 11.55, 11.56, 11.57, 11.58, 11.59, 11.60, 11.61, 11.62, 11.63, 11.64, 11.65, 11.66, 11.67, 11.68, 11.69, 11.70, 11.71, 11.72, 11.73, 11.74, 11.75, 11.76, 11.77, 11.78, 11.79, 11.80, 11.81, 11.82, 11.83, 11.84, 11.85, 11.86, 11.87, 11.88, 11.89, 11.90, 11.91, 11.92, 11.93, 11.94, 11.95, 11.96, 11.97, 11.98, 11.99, 12.00, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.13, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 12.18, 12.19, 12.20, 12.21, 12.22, 12.23, 12.24, 12.25, 12.26, 12.27, 12.28, 12.29, 12.30, 12.31, 12.32, 12.33, 12.34, 12.35, 12.36, 12.37, 12.38, 12.39, 12.40, 12.41, 12.42, 12.43, 12.44, 12.45, 12.46, 12.47, 12.48, 12.49, 12.50, 12.51, 12.52, 12.53, 12.54, 12.55, 12.56, 12.57, 12.58, 12.59, 12.60, 12.61, 12.62, 12.63, 12.64, 12.65, 12.66, 12.67, 12.68, 12.69, 12.70, 12.71, 12.72, 12.73, 12.74, 12.75, 12.76, 12.77, 12.78, 12.79, 12.80, 12.81, 12.82, 12.83, 12.84, 12.85, 12.86, 12.87, 12.88, 12.89, 12.90, 12.91, 12.92, 12.93, 12.94, 12.95, 12.96, 12.97, 12.98, 12.99, 13.00, 13.01, 13.02, 13.03, 13.04, 13.05, 13.06, 13.07, 13.08, 13.09, 13.10, 13.11, 13.12, 13.13, 13.14, 13.15, 13.16, 13.17, 13.18, 13.19, 13.20, 13.21, 13.22, 13.23, 13.24, 13.25, 13.26, 13.27, 13.28, 13.29, 13.30, 13.31, 13.32, 13.33, 13.34, 13.35, 13.36, 13.37, 13.38, 13.39, 13.40, 13.41, 13.42, 13.43, 13.44, 13.45, 13.46, 13.47, 13.48, 13.49, 13.50, 13.51, 13.52, 13.53, 13.54, 13.55, 13.56, 13.57, 13.58, 13.59, 13.60, 13.61, 13.62, 13.63, 13.64, 13.65, 13.66, 13.67, 13.68, 13.69, 13.70, 13.71, 13.72, 13.73, 13.74, 13.75, 13.76, 13.77, 13.78, 13.79, 13.80, 13.81, 13.82, 13.83, 13.84, 13.85, 13.86, 13.87, 13.88, 13.89, 13.90, 13.91, 13.92, 13.93, 13.94, 13.95, 13.96, 13.97, 13.98, 13.99, 14.00, 14.01, 14.02, 14.03, 14.04, 14.05, 14.06, 14.07, 14.08, 14.09, 14.10, 14.11, 14.12, 14.13, 14.14, 14.15, 14.16, 14.17, 14.18, 14.19, 14.20, 14.21, 14.22, 14.23, 14.24, 14.25, 14.26, 14.27, 14.28, 14.29, 14.30, 14.31, 14.32, 14.33, 14.34, 14.35, 14.36, 14.37, 14.38, 14.39, 14.40, 14.41, 14.42, 14.43, 14.44, 14.45, 14.46, 14.47, 14.48, 14.49, 14.50, 14.51, 14.52, 14.53, 14.54, 14.55, 14.56, 14.57, 14.58, 14.59, 14.60, 14.61, 14.62, 14.63, 14.64, 14.65, 14.66, 14.67, 14.68, 14.69, 14.70, 14.71, 14.72, 14.73, 14.74, 14.75, 14.76, 14.77, 14.78, 14.79, 14.80, 14.81, 14.82, 14.83, 14.84, 14.85, 14.86, 14.87, 14.88, 14.89, 14.90, 14.91, 14.92, 14.93, 14.94, 14.95, 14.96, 14.97, 14.98, 14.99, 15.00, 15.01, 15.02, 15.03, 15.04, 15.05, 15.06, 15.07, 15.08, 15.09, 15.10, 15.11, 15.12, 15.13, 15.14, 15.15, 15.16, 15.17, 15.18, 15.19, 15.20, 15.21, 15.22, 15.23, 15.24, 15.25, 15.26, 15.27, 15.28, 15.29, 15.30, 15.31, 15.32, 15.33, 15.34, 15.35, 15.36, 15.37, 15.38, 15.39, 15.40, 15.41, 15.42, 15.43, 15.44, 15.45, 15.46, 15.47, 15.48, 15.49, 15.50, 15.51, 15.52, 15.53, 15.54, 15.55, 15.56, 15.57, 15.58, 15.59, 15.60, 15.61, 15.62, 15.63, 15.64, 15.65, 15.66, 15.67, 15.68, 15.69, 15.70, 15.71, 15.72, 15.73, 15.74, 15.75, 15.76, 15.77, 15.78, 15.79, 15.80, 15.81, 15.82, 15.83, 15.84, 15.85, 15.86, 15.87, 15.88, 15.89, 15.90, 15.91, 15.92, 15.93, 15.94, 15.95, 15.96, 15.97, 15.98, 15.99, 16.00, 16.01, 16.02, 16.03, 16.04, 16.05, 16.06, 16.07, 16.08, 16.09, 16.10, 16.11, 16.12, 16.13, 16.14, 16.15, 16.16, 16.17, 16.18, 16.19, 16.20, 16.21, 16.22, 16.23, 16.24, 16.25, 16.26, 16.27, 16.28, 16.29, 16.30, 16.31, 16.32, 16.33, 16.34, 16.35, 16.36, 16.37, 16.38, 16.39, 16.40, 16.41, 16.42, 16.43, 16.44, 16.45, 16.46, 16.47, 16.48, 16.49, 16.50, 16.51, 16.52, 16.53, 16.54, 16.55, 16.56, 16.57, 16.58, 16.59, 16.60, 16.61, 16.62, 16.63, 16.64, 16.65, 16.66, 16.67, 16.68, 16.69, 16.70, 16.71, 16.72, 16.73, 16.74, 16.75, 16.76, 16.77, 16.78, 16.79, 16.80, 16.81, 16.82, 16.83, 16.84, 16.85, 16.86, 16.87, 16.88, 16.89, 16.90, 16.91, 16.92, 16.93, 16.94, 16.95, 16.96, 16.97, 16.9

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS**  
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionada)

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

31/12/2018	Vencidos						> 180 dias
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	
31/12/2018	365.080	33.226	4.034	3.754	5.533	6.783	285.598
31/12/2017 - Representado (i)	347.801	27.104	7.672	2.794	2.173	20.500	287.558

(i) Vide nota explicativa nº 2.2.

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.3.d.

**b. Financiamentos a clientes** - A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

31/12/2018	31/12/2017					
	Representado (i)	Representado (i)	Representado (i)	Representado (i)	Representado (i)	Representado (i)
Financiamentos a clientes - Ipiranga	855.229	675.236				
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(139.639)	(104.977)				
Circulante	367.282	286.569				
Não circulante	348.268	283.690				

Financiamentos a clientes são concedidos para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes. Os prazos dos financiamentos a clientes variam substancialmente de 12 meses a 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas são estabelecidas em contrato, reservando-se a possibilidade de reajustes. A composição dos saldos de financiamentos a clientes, bruto de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

31/12/2018	31/12/2017					
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias
31/12/2018	855.229	633.183	11.262	14.869	9.377	20.783
31/12/2017 - Representado (i)	812.654	617.177	11.868	3.883	3.883	13.775

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

31/12/2018	31/12/2017					
	Total	A vencer	< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias
31/12/2018	139.639	26.982	1.250	1.642	1.131	12.776
31/12/2017 - Representado (i)	104.977	635	189	86	63	13.561

(i) Vide nota explicativa nº 2.2.

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.3.d.

**6. ESTOQUES (CONSOLIDADO)**

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

31/12/2018	31/12/2017	
	Representado (i)	Representado (i)
Combustíveis, lubrificantes e graxas	1.367.015	1.365.211
Produtos acabados	581.504	560.381
Produtos em elaboração	1.412	1.412
Materiais-primas	383.161	381.267
Gás liquefeito de petróleo - GLP	109.362	103.601
Materiais de consumo e outros itens para revenda	150.188	146.418
Materiais e produtos de higiene, beleza e cosméticos.	583.060	577.696
Compra para entrega futura (ii)	193.928	190.964
Imóveis para revenda	27.489	27.382
Total	3.397.119	3.354.532

(i) Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamento de combustíveis. (ii) Vide nota explicativa nº 2.2.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

31/12/2018	31/12/2017	
	Representado (i)	Representado (i)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	47.271	(6.711)
Reversão de provisão para ajuste ao valor de realização	(3.459)	(3.459)
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	37.098	37.098
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	747.180	234.700
Adição de provisão para obsolescência e outras perdas	3.903	3.903
Oxitemo Andina (i)	885	885
Saldo em 31 de dezembro de 2018	42.587	42.587

(\*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controlada Oxitemo Andina (vide nota explicativa nº 2.2.s.i.i).

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

**7. IMPOSTOS A RECUPERAR**

**7.1. IMPOSTOS A RECUPERAR (CONSOLIDADO)** - Estão representados, substancialmente, por saldos credores do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

31/12/2018	31/12/2017	
	Representado (i)	Representado (i)
ICMS (a.1)	710.669	580.630
COFINS para perdas de ICMS	(99.187)	(72.076)
PIS e COFINS (a.2)	720.734	720.734
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	31.778	27.180
Outros	22.988	15.587
Total	1.386.679	899.654

(i) Refere-se a perdas de ICMS referentes aos saldos credores que as controladas estimam não poder compensar futuramente e sua movimentação é assim demonstrada:

31/12/2018	31/12/2017	
	Representado (i)	Representado (i)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	68.683	3.393
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	27.076	27.076
Adições, baixas por recebimento e reversões, líquidas	99.187	99.187
Saldo em 31 de dezembro de 2018	194.946	137.626

**a.1.** O saldo credor de ICMS acumulado está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações: (i) A controlada Oxitemo Nordeste S.A. Indústria e Comércio ("Oxitemo Nordeste") realiza preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia; (ii) A controlada IPP possui créditos decorrentes de saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo, cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petrobras), bem como saldo credor constituído pela diferença entre transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio (notadamente etanol); (iii) A controlada Extraluma possui créditos oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste. A administração estima a realização desses créditos no prazo de até 10 anos. **a.2.** Refere-se, majoritariamente, aos créditos de PIS e COFINS apropriados nos termos das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003 pelas controladas IPP e Cia. Ultrazag, cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRF") em um prazo estimado pela administração de 2 anos. A controlada Oxitemo S.A. reconheceu, em 31 de dezembro de 2018, créditos decorrentes do trânsito em julgado de decisão favorável para exclusão do ICMS da base de cálculo da Contribuição para o PIS e da COFINS (vide nota explicativa nº 21.1.a.2), bem como restituição de valores pagos indevidamente a título de PIS-Semestralidade. As controladas Oxitemo S.A., Oxitemo Nordeste, Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. ("Oleoquímica") e Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. ("EMCA") reconheceram, em 31 de dezembro de 2018, créditos oriundos de decisão definitiva favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS - Importação. A realização dos créditos da Oxitemo S.A. se dará por restituição societária com a Oxitemo Nordeste. Para estes casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

**b. Imosto de renda e contribuição social a recuperar** - Estão representados por saldos credores do IRPJ e da CSLL.

31/12/2018	31/12/2017	
	Representado (i)	Representado (i)
IRPJ e CSLL	88.390	81.755
Oxitemo S.A.	89.390	81.755
Circulante	39.705	33.070
Não circulante	48.685	48.685

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em exercícios anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos para as controladas Oxitemo S.A. e Oxitemo Nordeste e em até 2 anos para as demais.

**a. Sociedades relacionadas - a.1 Controladora**

Ativo	Passivo		Resultado financeiro (ii)
	Debitores (i)	Contas a pagar (i)	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	761.288	-	54.702
Companhia Ultrazag S.A.	-	3.975	-
Imilfarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	5.158	-
Total em 31 de dezembro de 2018	761.288	9.133	54.702

Ativo	Passivo		Resultado financeiro (ii)
	Debitores (i)	Contas a pagar (i)	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	762.562	-	84.548
Imilfarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	4.003	-
Oxitemo S.A. Indústria e Comércio	-	3.086	-
Companhia Ultrazag S.A.	-	1.585	-
Terminal Químico de Aratu S.A. - Tequimar	-	2.768	-
Total em 31 de dezembro de 2017	762.562	10.332	84.548

(i) Em março de 2016, a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quinquagésima, sendo que sua totalidade foi inscrita pela Ultrazag com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao CDI. (ii) Refere-se a plano de ações (vide nota explicativa nº 8.c).

**a.2. Consolidado** - Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Mútuos		Resultado financeiro (ii)
	Ativo	Passivo	
Outros	490	1.146	-
Total em 31 de dezembro de 2018	490	4.071	-

Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Mútuos		Resultado financeiro (ii)
	Ativo	Passivo	
Outros	490	1.239	-
Total em 31 de dezembro de 2017	490	4.185	-

Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados, não contém cláusulas de remuneração e são realizados em função de necessidades ou sobras temporárias de caixa da Sociedade, de controladas e de coligadas.

Operações comerciais	Vendas e serviços			
	A receber (i)	A pagar (i)	prestados	Compras Despesas
Olequímica Indústria e Comércio S.A.	567	6	9.032	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	24.630	-	1.008.860	-
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	1.042	3.844	186	-
LA7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	117	-	1.469	-
Total em 31 de dezembro de 2018	1.042	25.450	3.850	1.018.078

Operações comerciais	Vendas e serviços			
	A receber (i)	A pagar (i)	prestados	Compras Despesas
Oxipac Indústria de Gases Ltda.	1.489	6	18.108	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	22.199	-	1.004.030	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	1.067	31	7.239	859
LA7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	123	-	2.300	-
Total em 31 de dezembro de 2017	1.067	123	7.245	1.022.997

(i) Inclui nas rubricas de "contas a receber de clientes nacionais" e "fornecedores nacionais", respectivamente, (a) Referem-se a contratos de aluguel de 15 drogarias de propriedade da LA7 (16 drogarias em 2017), empresa dos ex-acionistas da Extraluma e atuais acionistas da Ultrazag. As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e fornecedores de transporte e armazenagem, efetuadas com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com igual capacidade operacional. As operações da ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ("ConectCar") acima referem-se a serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 15.k. **b. Políticas de administração (Consolidado)** - A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração compreende a combinação de curto e longo prazo segundo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas. A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo; b) plano de benefícios composto de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, medido através da métrica de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoal e participação no mercado de ações. Os detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 19.b. A Sociedade e suas controladas contabilizam despesas com remuneração de seu pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade), conforme demonstrado abaixo:

31/12/2018	31/12/2017	
	Representado (i)	Representado (i)
Remuneração de curto prazo	36.504	45.477
Remuneração em ações (ii)	1.407	1.395
Benefício pós-emprego	2.278	1.096
Remuneração de longo prazo (iii)	-	(6.459)
Benefício de rescisão de cargo	905	8.794
Total	41.994	50.307

(i) Inclui a reversão de despesas do cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores (vide nota explicativa nº 8.c). (ii) O diretor-presidente em exercício até 2 de outubro de 2017 era beneficiário do plano de remuneração variável de longo prazo, que tinha como objetivo o alinhamento de interesses de longo prazo. Este contrato foi rescindido com a sucessão do diretor-presidente anunciado pela Sociedade em junho de 2017.

**c. Plano de ações (Consolidado)** - A Ultrazag adota, desde 2003, um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria, até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de 12 meses a 60 meses, sendo o plano de benefícios composto de: a) O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo Conselho de Administração, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. O Conselho de Administração da Ultrazag não possui plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga, com base no valor de mercado dessas ações no B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão. O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Prazo para transferência da nu-propriiedade da outorga (em meses)	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, reconhecidos	Custos não reconhecidos das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
13 de março de 2017	100,00	2022	67,99	9,378	(2,920)
4 de março de 2017	190,00	2021 a 2023	65,43	17,147	(8,252)
9 de dezembro de 2014	400,00	2019 a 2021	50,42	27,939	(19,376)
5 de março de 2014	83,400	2019 a 2021	42,95	4,999	(4,925)
7 de novembro de 2012	76,664	2017 a 2019	52,10	16,139	(15,959)
14 de dezembro de 2011	850,064	2016 a 2018	31,85	4,832	(4,832)
Total			81,434	(55,904)	25,530

Em 2018, a amortização de R\$ 3.922 (R\$ 11.752 em 2017) foi registrada como despesa geral e administrativa.

31/12/2018	31/12/2017	
	Representado (i)	Representado (i)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	1.500,072	1.000,000
Ações outorgadas em 4 de março de 2017	100,000	100,000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(273,343)	(273,343)
Ações transferidas aos administradores	1.183,398	1.183,398
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.216,666	1.216,666
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(116,658)	(116,658)
Ações transferidas aos administradores	850,064	850,064
Saldo em 31 de dezembro de 2018	950,064	950,064

Adicionalmente, os acionistas da Ultrazag aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações ("Plano"), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nu-propriiedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas. Poderão ser entregues aos participantes do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, e o valor que correspondera, na data da aprovação de referido Plano, a S.564.051 ações ordinárias. O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nu-propriiedade das ações	Valor de mercado das ações outorgadas (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas de 2017	1 de outubro de 2017	120.000	2023	76,38	12,642	(2,634)	10.008
performance bro de 2017	8 de novembro de 2017	37.938	2020 a 2022	76,38	4,988	(1,523)	3,465
Restritas e performance 2018	9 de abril de 2018	92.038	2021 a 2023	68,70	12,028	(2,363)	9,665
Restritas de 2018	19 de setembro de 2018	80.000	2024	39,16	4,321	(1,80)	4,141
Restritas bro de 2018	24 de setembro de 2018	40.000	2024	36,80	2,030	(85)	1,945
Total		369.976		366,09	36,090	(6,785)	29,224

Em 2018, foi registrada a despesa geral e administrativa de R\$ 6.001 em relação ao Plano (R\$ 784 em 2017). O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas e de performance outorgadas:

31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2017	166.270
Ações outorgadas em 9 de setembro de 2018	80.000
Ações outorgadas em 24 de setembro de 2018	40.000
Cancelamento de ações devido à interrupção de vínculo empregatício de administradores	(19.886)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	369.976

**9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**9.1. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** - A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias, bases negativas e reavaliação de ativo imobilizado, entre outros. Os créditos estão subsidiados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

31/12/2018	31/12/2017	
	Representado (i)	Representado (i)
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:		
Provisão para perda de ativos	-	116.191
Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas	-	154.516
Provisão para benefícios pós-emprego	-	85.676

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADA**  
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionada)

Custo:	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em		Reclassificações (I)	Saldo em		Transferências	Variação	Saldo em		
		31/12/2016	31/12/2017		01/01/2017	31/12/2017			01/12/2017	31/12/2017	
Terenos	-	520.575	-	-	520.575	4.319	-	16.039	(969)	4.574	576.642
Edificações	30	1.440.204	-	-	1.440.204	10.677	-	95.530	(12.409)	32.998	1.637.871
Beneficiárias em imóveis de terceiros	9	795.521	-	-	795.521	13.819	-	116.698	(14.494)	11	912.555
Máquinas e equipamentos	12	4.225.056	-	-	4.225.056	130.154	-	105.060	(16.069)	277.730	4.721.931
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	13	2.429.079	-	-	2.429.079	131.134	-	78.568	(29.935)	-	2.729.522
Tanques e vasilhames para GLP	11	631.978	12.467	-	619.511	96.290	-	(1.149)	(34.263)	-	692.856
Veículos	7	271.133	-	-	271.133	28.428	-	6.948	(21.055)	1.841	287.295
Móveis e utensílios	9	204.560	-	-	204.560	35.078	-	10.775	(834)	7.564	205.300
Obras em andamento	0	523.285	-	-	523.285	766.775	-	(386.198)	(4)	10.192	929.000
Adiantamentos a fornecedores	-	96.423	-	-	96.423	61.536	-	(948.722)	-	2.930	112.167
Importações em andamento	-	58	-	-	58	1.182	-	(450)	-	(4)	786
Equipamentos de informática	5	288.705	-	-	288.705	42.638	-	3.095	(1.081)	170	352.986
Depreciação acumulada:		11.415.100	12.467	-	11.427.567	1.322.030	-	(3.706)	(131.113)	341.198	13.219.520

Edificações:	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em		Reclassificações (I)	Saldo em		Transferências	Variação	Saldo em			
		31/12/2016	31/12/2017		01/01/2017	31/12/2017			01/12/2017	31/12/2017		
Edificações	-	(632.908)	-	-	(632.908)	-	-	(46.795)	130	5.535	(28.365)	(724.408)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	-	(412.449)	-	-	(412.449)	-	-	(71.660)	116	8.624	-	(475.651)
Máquinas e equipamentos	-	(4.744.504)	-	-	(4.744.504)	-	-	(258.068)	(139)	10.174	(257.629)	(2.980.166)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	-	(1.383.069)	-	-	(1.383.069)	-	-	(144.884)	(29)	26.907	-	(1.545.806)
Tanques e vasilhames para GLP	-	(276.414)	(4.031)	-	(280.445)	-	-	(64.226)	130	16.157	-	(323.511)
Veículos	-	(101.082)	-	-	(101.082)	-	-	(21.740)	90	12.365	(1.823)	(112.200)
Móveis e utensílios	-	(120.747)	-	-	(120.747)	-	-	(15.128)	(9)	594	(9.275)	(148.575)
Equipamentos de informática	-	(220.421)	-	-	(220.421)	-	-	(24.811)	148	991	(121)	(16.975)
Total	-	(5.621.594)	(4.031)	-	(5.625.625)	-	-	(646.982)	145	81.347	(297.213)	(6.576.459)

Provisão para perdas: (83) - (83)

Adiantamento a fornecedores: (19.377) - (19.377)

Beneficiárias em imóveis de terceiros: (560) - (560)

Máquinas e equipamentos: (4.347) - (4.347)

Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes: (336) - (336)

Móveis e utensílios: (1) - (1)

Total: (5.752) - (5.752)

Custo líquido: 5.796.418 1.321.511 (646.982) (3.561) (49.343) 43.952 175.823 6.537.821

(i) Vide nota explicativa nº 2.y. (ii) Vide nota explicativa nº 3.c. (iii) Vide nota explicativa nº 3.d. (iv) Refere-se a valores transferidos para o intangível e estoques. (\*) Refere-se ao reconhecimento da provisão ao valor recuperável de ativos da controladora Oxiteno Andina (vide nota explicativa nº 2.s.1.i.), incluído nas rubricas de terrenos o valor de R\$ 680 e em máquinas e equipamentos o valor de R\$ 1.334. As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição. Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

**14 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)**

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

Custo:	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em		Adoção do IFRS 15 e reclassificações (I)	Saldo em		Transferências	Variação	Saldo em			
		31/12/2016	31/12/2017		01/01/2017	31/12/2017			01/12/2017	31/12/2017		
Ágio (a)	-	1.578.157	-	-	1.578.157	1.524.291	-	-	-	797	1.525.088	
Software (b)	5	853.079	-	-	853.079	223.964	-	(1.258)	(15.401)	2.053	49.106.248	
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	32.617	-	-	-	-	-	32.617	
Direitos de propriedade comercial (d)	10	55.066	-	-	55.069	11.117	-	(350)	(2.154)	20	64.032	
Fundo de comércio	6	4.273.379	(1.415.188)	14.478	142.669	690	-	-	-	-	142.989	
Marcas (e)	-	113.543	-	-	113.543	-	-	-	-	-	120.571	
Direito de uso de marcas (e)	39	-	-	114.792	114.792	-	-	-	-	-	114.792	
Outros (f)	10	40.514	-	-	40.514	1.822	-	-	-	845	43.281	
Total	-	6.946.358	(1.415.188)	75.404	5.796.418	1.321.511	-	(1.608)	(17.555)	10.006	846	3.105.858
Amortização acumulada:		(456.799)	-	-	(456.799)	-	-	(79.845)	59	28	(832)	(49)
Software	-	(32.469)	-	-	(32.469)	-	-	(72)	-	-	-	-
Tecnologia	-	(19.568)	-	-	(19.568)	-	-	(5)	1.957	-	-	-
Direitos de propriedade comercial	-	(21.292)	-	-	(21.292)	-	-	(4.679)	-	-	-	-
Fundo de comércio	-	(2.677.057)	2.580.353	-	-	(96.704)	-	(10.018)	125	-	-	-
Direito de uso de marcas	-	(31.196)	-	-	(31.196)	-	-	(3.182)	-	-	-	-
Outros	-	(3.218.885)	2.580.353	-	-	(638.533)	-	(1.538)	-	-	-	-
Total	-	(3.727.473)	(1.564.835)	75.404	(2.638.502)	237.593	-	(99.334)	(1.424)	(15.487)	9.168	797
Custo líquido	-	6.488.885	-	-	6.488.885	1.321.511	-	(1.703)	-	-	-	-

(i) Vide nota explicativa nº 2.y. (ii) Vide nota explicativa nº 3.c. (iii) Vide nota explicativa nº 3.d. (iv) Refere-se a valores transferidos para o intangível e contas a receber. As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Custo:	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em		Adoção do IFRS 15 e reclassificações (I)	Saldo em		Transferências	Variação	Saldo em			
		31/12/2016	31/12/2017		01/01/2017	31/12/2017			01/12/2017	31/12/2017		
Ágio (a)	-	1.454.484	-	-	1.454.484	-	-	-	-	69.807	1.524.291	
Software (b)	5	641.891	-	-	641.891	207.703	-	2.447	(1.193)	2.431	853.079	
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	32.617	-	-	-	-	-	32.617	
Direitos de propriedade comercial (d)	10	43.258	-	-	43.258	13.837	-	(68)	(1.958)	-	55.069	
Fundo de comércio	6	3.651.316	(3.525.777)	-	125.539	-	-	-	-	-	142.669	
Marcas (e)	-	112.936	-	-	112.936	-	-	-	-	-	114.792	
Direito de uso de marcas (e)	39	-	-	39.172	39.172	420	-	-	-	922	40.514	
Outros (f)	4	39.172	-	-	39.172	420	-	-	-	922	40.514	
Total	-	5.975.474	(3.525.777)	-	2.449.697	221.960	-	2.379	(3.151)	3.960	201.729	2.876.574
Amortização acumulada:		(396.702)	-	-	(396.702)	-	-	(59.579)	8	1.191	(1.704)	-
Software	-	(44.856)	-	-	(44.856)	-	-	(72)	-	-	-	-
Tecnologia	-	(19.568)	-	-	(19.568)	-	-	(5)	1.957	-	-	-
Direitos de propriedade comercial	-	(2.131.826)	2.045.814	-	-	(86.012)	-	-	-	-	-	-
Fundo de comércio	-	(23.310)	-	-	(23.310)	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de marcas	-	(2.603.875)	2.045.814	-	-	(558.061)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(3.218.885)	2.580.353	-	-	(638.533)	-	-	-	-	-	-
Total	-	(3.727.473)	(1.564.835)	75.404	(2.638.502)	237.593	-	(99.334)	(1.424)	(15.487)	9.168	797

(i) Vide nota explicativa nº 2.y. (ii) Vide nota explicativa nº 3.c. (iii) Vide nota explicativa nº 3.d. (iv) Refere-se a valores transferidos para o intangível e contas a receber. As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Custo:	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em		Adoção do IFRS 15 e reclassificações (I)	Saldo em		Transferências	Variação	Saldo em			
		31/12/2016	31/12/2017		01/01/2017	31/12/2017			01/12/2017	31/12/2017		
Ágio (a)	-	1.454.484	-	-	1.454.484	-	-	-	-	69.807	1.524.291	
Software (b)	5	641.891	-	-	641.891	207.703	-	2.447	(1.193)	2.431	853.079	
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	32.617	-	-	-	-	-	32.617	
Direitos de propriedade comercial (d)	10	43.258	-	-	43.258	13.837	-	(68)	(1.958)	-	55.069	
Fundo de comércio	6	3.651.316	(3.525.777)	-	125.539	-	-	-	-	-	142.669	
Marcas (e)	-	112.936	-	-	112.936	-	-	-	-	-	114.792	
Direito de uso de marcas (e)	39	-	-	39.172	39.172	420	-	-	-	922	40.514	
Outros (f)	4	39.172	-	-	39.172	420	-	-	-	922	40.514	
Total	-	5.975.474	(3.525.777)	-	2.449.697	221.960	-	2.379	(3.151)	3.960	201.729	2.876.574
Amortização acumulada:		(396.702)	-	-	(396.702)	-	-	(59.579)	8	1.191	(1.704)	-
Software	-	(44.856)	-	-	(44.856)	-	-	(72)	-	-	-	-
Tecnologia	-	(19.568)	-	-	(19.568)	-	-	(5)	1.957	-	-	-
Direitos de propriedade comercial	-	(2.131.826)	2.045.814	-	-	(86.012)	-	-	-	-	-	-
Fundo de comércio	-	(23.310)	-	-	(23.310)	-	-	-	-	-	-	-
Direito de uso de marcas	-	(2.603.875)	2.045.814	-	-	(558.061)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	(3.218.885)	2.580.353	-	-	(638.533)	-	-	-	-	-	-
Total	-	(3.727.473)	(1.564.835)	75.404	(2.638.502)	237.593	-	(99.334)	(1.424)	(15.487)	9.168	797

(i) Vide nota explicativa nº 2.y. (ii) Vide nota explicativa nº 3.c. (iii) Vide nota explicativa nº 3.d. (iv) Refere-se a valores transferidos para o intangível e contas a receber. As despesas de amortização foram reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

Custo:	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em		Adoção do IFRS 15 e reclassificações (I)	Saldo em		Transferências	Variação	Saldo em		
		31/12/2016	31/12/2017		01/01/2017	31/12/2017			01/12/2017	31/12/2017	
Ágio (a)	-	1.454.484	-	-	1.454.484	-	-	-	-	69.807	1.524.291
Software (b)	5	641.891	-	-	641.891	207.703	-	2.447	(1.193)	2.431	853.079
Tecnologia (c)	5	32.617	-	-	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Direitos de propriedade comercial (d)	10	43.258	-	-	43.258	13.837	-	(68)	(1.958)	-	55.069
Fundo de comércio	6	3.651.316	(3.525.777)	-	125.539	-	-	-	-	-	142.669
Marcas (e)	-										

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS**  
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionada)

emprego são: taxa de desconto, crescimento salarial e custos médicos. As análises de sensibilidade em 31 de dezembro de 2018 a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período das demonstrações financeiras, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Mudança na Diminuição ou Aumento	premissa passiva	Mudança na Diminuição ou Aumento	premissa passiva
Taxa de desconto	17.500	17.500	20.547
Taxa de crescimento salarial	1.217	1.217	2.344
Taxa de crescimento dos serviços médicos	12.002	12.002	14.201

A análise de sensibilidade apresentada pode não representar a mudança real na obrigação de benefício pós-emprego, uma vez que não é provável que a mudança ocorra nas premissas isoladamente, considerando que algumas dessas premissas podem estar correlacionadas. Riscos inerentes ao benefício pós-emprego - Risco de taxa de juros: para cada aumento de 1% no passivo do plano de benefício pós-emprego é utilizada a taxa de juros longo prazo de 10,50%. A redução nessa taxa de juros aumentará o passivo correspondente. Risco de crescimento salarial: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o salário dos participantes do plano, projetados pela taxa média nominal de crescimento salarial. Um aumento real do salário dos participantes do plano aumentará o passivo correspondente. Risco de custos médicos: o valor presente do passivo é calculado utilizando-se como referência o custo médio de física etária com base nas despesas assistenciais reais, projetado com base na taxa de crescimento dos serviços médicos. Um aumento real do custo médico aumentará o passivo correspondente.

**20 PROVISÃO PARA RETIRADA DE TANQUES (CONSOLIDADO)**

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n). A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

	Saldo em 1 de janeiro de 2017	Adições	Reduções	Saldo em 31 de dezembro de 2017
Saldo em 1 de janeiro de 2017	77.564	-	-	77.564
Adições (novos tanques)	537	-	-	537
Gastos com tanques retirados	(15.432)	-	-	(15.432)
Despesa com atualização	2.105	-	-	2.105
Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.774	-	-	64.774
Adições (novos tanques)	264	-	-	264
Gastos com tanques retirados	(12.722)	-	-	(12.722)
Despesas com atualização	2.381	-	-	2.381
Saldo em 31 de dezembro de 2018	54.667	-	-	54.667
Circulante	4.382	-	-	4.382
Não circulante	50.285	-	-	50.285

**21 PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS (CONSOLIDADO)**

**a. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas** - A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, civis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 31/12/2018
IRPJ e CSLL (a.1.1)	515.829	-	-	-	16.510	532.341
PIS e COFINS (a.1.2)	34.927	-	(9.536)	-	880	26.271
Cíveis	111.784	1.470	(8.435)	(4.488)	472	100.323
Cíveis ambientais e regulatórias (a.2.1)	89.296	8.867	(3.490)	(3.760)	39	90.832
Trabalhistas (a.3.1)	82.425	32.430	(109)	(15.497)	924	101.173
Outras	91.535	826	(1.806)	-	976	91.531
Total	925.796	43.993	(23.276)	(23.745)	20.803	943.071
Circulante	64.550	-	-	-	77.822	142.372
Não circulante	861.246	-	-	-	865.249	800.699

Alguns das provisões acima apresentadas possuem no todo, ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados. A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Tributários	727.493	659.062
Trabalhistas	69.978	71.074
Cíveis e outros	84.098	92.524
Total	881.569	822.660

**a.1 Provisões tributárias e previdenciárias** - a.1.1 - Em 7 de outubro de 2005, as controladas Cia. Ultraraj e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1º instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida, as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atualiza totaliza R\$ 500.260 em 2018 (R\$ 483.485 em 2017). Em 18 de julho de 2014, foi publicada decisão desfavorável de 2ª instância que anulou o valor de R\$ 209.128 em 2018 (R\$ 209.128 em 2017). Em 15 de março de 2017, em sede de recurso especial, o STF decidiu pela anulação do valor de R\$ 836.393 em 2018 (R\$ 836.393 em 2017). Decorreu em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 318.550 em 2018 (R\$ 307.255 em 2017), dos quais R\$ 126.639 (R\$ 121.891 em 2017) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 125.703 em 2018 (R\$ 113.999 em 2017); de função condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 836.393 em 2018 (R\$ 836.393 em 2017). Em 2017, referidos aos sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto. b.1.1 - A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 674.126 em 2018 (R\$ 645.868 em 2017) dos quais se destaca a seguinte: b.1.3.1 - A controlada IPP recebeu uma atuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta autorização indevida do órgão para aquisição de investimentos, no valor de R\$ 433.771 em 2018 (R\$ 187.027 em 2017), que inclui o pagamento de R\$ 187.027 em 2017. Em 2017, referidos aos sobras ou faltas decorrentes da provisoriedade de uma decisão administrativa, em ações movidas pelo requerer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconhecido provisão para esse passivo contingente. b.2 **Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórios** - A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 624.457 totalizando 3.520 processos em 2018 (R\$ 593.437 totalizando 2.783 processos em 2017), dos quais se destacam: b.2.1 - A controlada Cia. Ultraraj respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticompetitiva em municípios da região de atuação, no valor de R\$ 189.912 em 2018 (R\$ 189.912 em 2017). Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.2 - Em 2016, a controlada Cia. Ultraraj tornou-se parte em dois processos administrativos junto ao CADE, relativos a alegações de práticas anticompetitivas: i) um dos processos trata de supostas práticas na Paraíba e outros Estados do Nordeste, e néia a controlada Bahiana é parte juntamente com a Cia. Ultraraj. Neste processo, a Cia. Ultraraj e a Bahiana firmaram Termo de Cessação ("TCC") com o CADE, atualizadas pela SELIC, de praticidade e sanção, com vencimento da primeira em 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de publicação da homologação. Três funcionários e um ex-funcionário celebraram TCC no valor total de R\$ 1.100. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultraraj e à Bahiana até seu julgamento final; o segundo processo trata de supostas práticas no Distrito Federal e entorno, e não apenas a Cia. Ultraraj é parte. Neste processo, a Cia. Ultraraj também firmou TCC com o CADE, homologado em 5 de setembro de 2017, no valor de R\$ 154, pago em uma única prestação em 8 dias corridos, com a assinatura dos executivos celebraram TCC no valor de R\$ 50 cada um. Com a celebração do TCC, o processo administrativo ficará suspenso em relação à Cia. Ultraraj até seu julgamento final. b.2.3 - A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2018, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para esses passivos contingentes em 2018. b.2.4 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.5 - Em 2016, a controlada Cia. Ultraraj tornou-se parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. Em 31 de dezembro de 2018, não havia sido aplicada qualquer multa decorrente dos referidos processos administrativos. Suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota, a administração não reconheceu provisão para esses passivos contingentes em 2018. b.2.6 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.7 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.8 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.9 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.10 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.11 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.12 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.13 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.14 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.15 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.16 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.17 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.18 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.19 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.20 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.21 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.22 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.23 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.24 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.25 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.26 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.27 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.28 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.29 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.30 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.31 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.32 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.33 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.34 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.35 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.36 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.37 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.38 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.39 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.40 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.41 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.42 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.43 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.44 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.45 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.46 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.47 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.48 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.49 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.50 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.51 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.52 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.53 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.54 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.55 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.56 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.57 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.58 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.59 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.60 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.61 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.62 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.63 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.64 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.65 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.66 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.67 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.68 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.69 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.70 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.71 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.72 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.73 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.74 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.75 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.76 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.77 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.78 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.79 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.80 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.81 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.82 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.83 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.84 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.85 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.86 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.87 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.88 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.89 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.90 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.91 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.92 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.93 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.94 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.95 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.96 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.97 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.98 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.99 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.100 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.101 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.102 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.103 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.104 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.105 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.106 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.107 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.108 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.109 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.110 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.111 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.112 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.113 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.114 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.115 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.116 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.117 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do Consumidor nº 32.315 em 2017. Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial. b.2.118 - Em 29 de novembro de 2016, foi emitido parecer do Conselho de Defesa do

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADA**  
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

**d. Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5). **d.1 Risco de crédito de instituições financeiras:** Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações decorrentes de sua condição financeira. A revisão efetuada pela controlada da Sociedade incluiu a avaliação do ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacado, revendedores ou clientes finais, considerando o histórico de inadimplência. As estimativas de risco especializadas são realizadas com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de uma perda a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, perfis de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponibilizadas na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência e conhecimento do negócio por meio de informações de crédito, histórico de inadimplência, histórico de vendas, aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigadas pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017
AA	5.933.673	29.003
A	707.358	6.076.520
B	262.553	192.638
BBB	90.824	71.727
Total	6.994.406	6.369.928

**d.3 Risco de crédito de clientes:** A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente ou em conjunto com a análise da política creditícia da Sociedade incluída a avaliação do ratings externos, quando disponíveis, demonstrações financeiras, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacado, revendedores ou clientes finais, considerando o histórico de inadimplência. As estimativas de risco especializadas são realizadas com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de uma perda a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, demonstrações financeiras auditadas, perfis de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponibilizadas na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência e conhecimento do negócio por meio de informações de crédito, histórico de inadimplência, histórico de vendas, aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigadas pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	31/12/2018	31/12/2017
AA	442.466	350.594
A	61.975	52.000
B	12.371	10.755
BBB	5.858	5.623
Total	522.779	452.778

(\*) Vide nota explicativa nº 2.

**e. Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a, capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e dividendos. A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de "joint ventures", ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos. A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses é de US\$ 1.269 milhões em relação ao balanço em 31 de dezembro de 2018. O balanço em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 1.762 milhões. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.792,1 milhões em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4). A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 2018 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento.

Passivos financeiros	em milhões de Reais				
	Total	1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos (i) (ii)	19.233,8	2.668,0	4.089,7	7.820,3	4.544,8
Instrumentos de proteção (i)	338,8	52,2	172,9	147,7	12,5
Fornecedores (i)	2.731,7	2.731,7	-	-	-

(\*) Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) CDI de 6,39% em 2018, 7,38% de 2019 a 2021, 8,52% de 2022 a 2023, 9,49% de 2024 a 2033 (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 3,87 em 2018, R\$ 3,92 em 2019, R\$ 4,06 em 2020, R\$ 4,27 em 2021, R\$ 4,41 em 2022, R\$ 4,54 em 2023, R\$ 4,77 em 2024 e R\$ 5,13 em 2025 (iii) taxa de inflação de 4,5% em 2018, 4,5% em 2019, 4,5% em 2020, 4,5% em 2021, 4,5% em 2022, 4,5% em 2023, 4,5% em 2024 e 4,5% em 2025 (iv) IGP-M de 8,12% em 2018, 8,12% em 2019, 8,12% em 2020, 8,12% em 2021, 8,12% em 2022, 8,12% em 2023, 8,12% em 2024 e 8,12% em 2025 (v) IPCA de 4,02% (fonte: B3, Boletim FIC e instituições financeiras). (ii) Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos. (iii) Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e R\$ x IPCA, cotados na B3 em 28 de dezembro de 2018, e na curva futura de LIBOR (ICE - IntercontinentalExchange) em 31 de dezembro de 2018. Os valores de ajuste sobre os riscos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

**f. Gestão de capital:** A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é definido como o total de dívidas menos caixa e aplicações financeiras de curto prazo e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 15). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura manter melhor o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

**g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros:** Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos financeiros, a Sociedade e suas controladas consideram o custo médio ponderado do capital, o custo de oportunidade e o valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez. A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política incluem, mas não se limitam a, riscos de taxa de câmbio, liquidez, mercado, risco de crédito do emissor e risco de contraparte. A Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, swaps, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos avançados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia "instrumentos de proteção" quando se referem a instrumentos financeiros derivativos. Conformente com a Política, a Sociedade e suas controladas não utilizam instrumentos financeiros derivativos para fins de especulação. A Sociedade e suas controladas monitoram mensalmente a aderência aos parâmetros de risco estabelecidos pela Política, através de um mapa de acompanhamento de riscos, incluindo a utilização de instrumentos de proteção. Em adição, a auditoria interna audita o cumprimento dos parâmetros da Política. A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Instrumentos de proteção	Valor de referência (nominal)		Valor justo		Valor a receber pagar	
	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
Designados como hedge accounting	RS	RS	RS	RS	RS	RS
	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões	milhões
a - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jul/2021 a nov/2023	US\$ 150,0	US\$ 240,0	577,5	788,6
	Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	US\$ 245,0	US\$ 203,6	973,7	666,6	973,7
b - Swaps de juros em Reais	Ativo em taxa de juros pré-fixada + IPCA	abr/2024 a dez/2025	RS 806,1	RS 566,1	859,1	583,3
	Ativo em taxa de juros variável + IPCA	US\$ 395,0	US\$ 443,6	(1.151,8)	(1.151,8)	1.515,8
c - Opções	Zêro Cost Collar (reais x dólar norte-americanos)	jan/2019 a dez/2019	US\$ 149,4	0,3	0,3	0,3
	Outros não designados como hedge accounting	US\$ 149,4	0,3	0,3	0,3	0,3
d - Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos	Ativos em dólares norte-americanos (LIBOR)	jan/2019 a out/2026	US\$ 60,0	US\$ 60,0	234,1	195,7
	Ativos em dólares norte-americanos (Pré)	US\$ 858,8	US\$ 753,0	731,6	157,5	731,6
e - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM	Ativo taxa de juros CDI	US\$ 916,8	US\$ 813,0	(688,9)	(308,8)	689,7
	Resultado acumulado	276,0	44,4	965,7	689,7	689,7
f - Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos + CUPOM	Ativo taxa de juros CDI	US\$ 8,9	US\$ 9,1	(33,9)	(29,8)	33,9
	Resultado acumulado	0,1	33,9	33,9	33,9	33,9
g - Instrumentos de proteção	Resultado acumulado	347,3	(73,2)	3.410,3	3.062,9	3.062,9
	Resultado acumulado total líquido	319,4	(77,9)	3.382,3	3.062,9	3.062,9

**h. Contabilidade de proteção (hedge accounting):** A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam, ao longo de toda a duração do hedge, a sua eficácia, bem como suas alterações de valor justo. **h.1 Hedge de valor justo:** A Sociedade e suas controladas designam como hedge de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para a cobertura de riscos de mercado de taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade e suas controladas possuíam contratos em Reais e dólares norte-americanos. Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como hedge de valor justo são:

em milhões, exceto % do CDI	31/12/2018	31/12/2017
Valor nacional - US\$	395,0	320,0
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) - RS	149,2	(143,4)
Resultado financeiro da dívida - RS	(215,9)	(4,1)
Custo médio efetivo - % do CDI	104,4	102,7

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15.c.1. Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como hedge de valor justo são:

em milhões, exceto % do CDI	31/12/2018	31/12/2017
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) - R\$	89,8	(3,3)
Ajuste de valor justo da dívida - R\$	(13,3)	19,1
Resultado financeiro da dívida - R\$	(50,2)	(18,5)
Custo médio efetivo - % do CDI	95,8	99,2

**h.2 Hedge de fluxo de caixa:** A Sociedade e suas controladas designam, como hedge de fluxo de caixa de compra de insumos e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção de "compromissos firmes" e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das "transações futuras altamente prováveis", para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio. Em 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não possuía instrumentos de proteção de taxa de câmbio de compromissos firmes designados como hedge de fluxo de caixa em aberto. (US\$ 115,0 milhões em 31 de dezembro de 2017). Para os instrumentos de proteção de taxa de câmbio, liquidados em 2018, foi reconhecida no resultado em 2018 uma receita de R\$ 10,7 milhões. (Uma despesa de R\$ 3,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, líquida de R\$ 2,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, os resultados de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2018, os resultados de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo de caixa, referente às vendas futuras da Oxiteno (zero cost collar), totalizaram US\$ 149,4 milhões, sendo reconhecida uma receita não realizada em "Outros resultados abrangentes" de R\$ 0,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Em 31 de dezembro de 2017, o resultado de fluxo